

PROPOSTA PARA CONCESSÃO DO TÍTULO DE DOUTOR *HONORIS CAUSA* AO PROFESSOR PAULO SÉRGIO PINHEIRO – EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

1. Consideração inicial

Paulo Sérgio de Moraes Sarmiento Pinheiro (Rio de Janeiro, 1944-), sem dúvida um dos acadêmicos brasileiros mais reconhecidos internacionalmente por sua infatigável militância em favor dos Direitos Humanos, dispensaria, a rigor, maiores apresentações. Ao se formalizar, junto ao Conselho Universitário da Universidade Estadual de Campinas, a presente proposta, intenta-se, antes de mais nada, corrigir o lapso temporal inexplicável transcorrido até o presente sem que essa justíssima homenagem tenha se consumado. Urge, pois, que o façamos, “em causa da honra”. Ao prestarmos esse mais do que recomendado tributo, a comunidade universitária da UNICAMP reafirma seu compromisso incondicional com a Justiça, a Verdade, a Democracia. Que jamais serão, para nós, valores aditivos ou posições, mas, bem ao contrário, princípios norteadores de nossas atividades-fim, já que educação pública superior de excelência e produção de conhecimento inovador e compartilhado socialmente nos campos da Ciência, da Tecnologia, da Cultura e da Arte exigem a liberdade irrestrita de pesquisa e de cátedra, o desprendimento solidário e generoso dos verdadeiros mestres e a coragem permanente no enfrentamento da irracionalidade, da mentira, da violência e de qualquer sorte de preconceitos. De modo sintético, a seguir, serão ressaltados, na trajetória repleta de belos feitos de Paulo Sérgio Pinheiro, apenas algumas ações e obras que justificam, de sobejo, a honraria prestes a se efetivar. Honra do laureado e honra, também – por que não o dizer? – da instituição universitária brasileira que reconheceu a urgência do momento e a pertinência do gesto. Porque, senhoras e senhores, recordai-vos: o Professor Pinheiro foi, ademais, um dos fundadores, em 1971, do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UNICAMP, e em cerca de decênio e meio que esteve conosco, foi diretamente responsável por algumas realizações dignas de nossas melhores memórias e aplausos. Se não, vejamos.

2. Na UNICAMP, entre os fundadores do IFCH

Em agosto de 1971, aos 27 anos, Paulo Sérgio Pinheiro, então recém-doutor no prestigioso *Institut d'Études Politiques de Paris (Sciences Po)*, inicia seu trabalho docente no IFCH, em anos nada favoráveis para as ciências humanas no Brasil, sob a direção do

saudoso Professor Fausto Castilho e ao lado de colegas que, entre outros, lhe foram muito caros nos anos subsequentes: o também saudoso filósofo político Michel Maurice Debrun e o historiador Michael Hall. Com o apoio inestimável deste último, além do respaldo do reitor Zeferino Vaz e da FAPESP, Paulo Sérgio Pinheiro coordenou, em 1974, a bem-sucedida aquisição, instalação e organização pioneira de um dos maiores acervos internacionais de história social no Brasil: o Arquivo Edgard Leuenroth (AEL), hoje consolidado como Centro de Pesquisa e Documentação Social, que já formou e continua a formar várias gerações de novos estudiosos e pesquisadores nacionais e estrangeiros.

Nunca será demais recordar as condições de certo modo épicas que envolveram essa incorporação vitoriosa do Arquivo Edgard Leuenroth à UNICAMP. Paulo Sérgio Pinheiro foi o responsável direto e tenaz, durante algum tempo solitário, por todas as tratativas, extremamente delicadas naqueles anos, junto aos herdeiros legais de Edgard Leuenroth, antigo militante anarco-sindicalista falecido em 1968 – num momento em que estava prestes a ser transferido para a Universidade do Texas-Austin. Após a transferência, mantida em relativo sigilo por razões de segurança, em função dos riscos reais que haviam naquele momento (apreensão, empastelamento), PSP fez gestões junto à USP e conseguiu a cessão de uma rara especialista em microfilmagem da escola de arquivologia da USP, Maria Nazareth Ferreira, para que se viabilizassem, em tempo recorde, duas cópias das coleções de periódicos e documentos raros, as quais, em caráter reservado, foram depositadas junto ao Arquivo do Movimento Operário da Fundação Feltrinelli (Milão) e ao importante Instituto Internacional de História Social (Amsterdã).

Paulo Sérgio Pinheiro coordenou o primeiro grande evento de âmbito internacional no campo das ciências humanas na UNICAMP, e isso também durante a ditadura militar. Tratou-se da *Conferência sobre História e Ciências Sociais*, realizada em maio de 1975, nas dependências do Instituto Agrônomo de Campinas, e que conseguiu a proeza de colocar nossa Universidade como capa de reportagem especial da revista *Veja* (cf. 4-6-1975, “Um reduto da cultura brasileira”). Dela participaram, entre outros, Eric Hobsbawm, Arno Mayer, Juan Linz, Guillermo O’Donnell, Kenneth Erickson, Maria Sylvia de Carvalho Franco. A reunião dos ensaios resultou em dois importantes volumes editados pela Paz e Terra: *Estado Autoritário e Movimentos Populares* (1979) e *Trabalho Escravo, Economia e Sociedade* (1984), ambos organizados por Pinheiro.

Entre 1976-77, Paulo Sérgio Pinheiro coordenou o projeto de âmbito nacional *Imagens e Origens da Industrialização no Brasil*, que teve uma equipe de vários pesquisadores de documentos primários e secundários, bem como fotógrafos e cineastas e foi responsável, durante dois anos, por enriquecer enormemente o acervo do AEL no tocante à origem da indústria e da classe operária no Brasil, tanto com documentos primários de empresas, quanto com história oral e fontes iconográficas, incluindo fotografias e filmes. Foram captados significativos recursos federais e estaduais, entre eles da Secretaria de Tecnologia Industrial do Ministério da Indústria e Comércio, então sob gestão de Severo Gomes. Dele participaram ativamente, entre outros, os historiadores Michael Hall (cuja contratação definitiva pelo IFCH deveu-se em grande parte às gestões de PSP) e Victor Leonardi (da UnB e que, naquele período, foi professor-visitante no IFCH).

3. Na luta pela redemocratização: os Direitos Humanos e sua projeção nacional

Em 1983, diante de novos desafios na luta pela redemocratização do Brasil, Paulo Sérgio Pinheiro é convidado para atuar como Assessor Especial do primeiro governador de São Paulo eleito pelo voto direto, desde antes do início da ditadura: Franco Montoro. Ao mesmo tempo, iniciava sua nova filiação institucional como docente do Departamento de Ciência Política da FFLCH da USP. É, ainda, nesse ano de 1983, que ele toma a iniciativa de liderar a constituição da importante Comissão Teotônio Vilela de Direitos Humanos (CTV), cuja atuação, encerrada formalmente somente em 2016, pode-se avaliar, entre outras fontes, pela nomeação de seu extenso acervo para integrar o Registro Nacional do Programa Memória do Mundo, da UNESCO.

Pode-se considerar que a herdeira direta da CTV é, atualmente, a Comissão de Defesa dos Direitos Humanos D. Paulo Evaristo Arns (*Comissão Arns*), lançada em fevereiro de 2019, de novo sob a batuta e impulso criador do incansável Paulo Sérgio Pinheiro. Não será preciso dizer das razões e relevância dessa nova ação, infelizmente em tempos obscurantistas e negacionistas, tão avessos aos direitos humanos.

A isso cabe acrescentar que, em 1987, Paulo Sérgio Pinheiro criou o Núcleo de Estudos da Violência na USP (NEV-USP), com a colaboração decisiva do Professor Sérgio Adorno. Em plena atividade até hoje desde sua fundação, tornou-se uma referência nacional e internacional nos estudos e nas denúncias de crimes contra direitos humanos

em todo o Brasil, a exemplo da corajosa e importante ação que teve após o massacre de 111 detentos no presídio do Carandiru (1992). Ou, também, para mencionar outro marco memorável, na pesquisa, formulação e redação dos Programas Nacionais de Direitos Humanos (PNDH), edições I e II, respectivamente, em 1995-96 e 2001-02, durante os governos FHC, envolvendo equipes técnicas amplas e consultas populares abrangentes. No caso do PNDH II, é preciso ressaltar que sua elaboração coincide com o período de atuação de Paulo Sérgio Pinheiro como Secretário Nacional dos Direitos Humanos (2001-02), cargo com status de ministro de Estado.

Do mesmo modo, é nesse trabalho continuado no sentido da construção de uma sociedade efetivamente democrática no Brasil, contra aquilo que denominou “autoritarismo socialmente implantado”, que se deve realçar a escolha e participação destacada de Paulo Sérgio Pinheiro na Comissão Nacional da Verdade (CNV), instituída por lei no governo Dilma Rousseff, em 2011, e que atuou nos anos 2012-14, produzindo resultados concretos e um relatório final, disponível publicamente, que se converteu no inventário mais abrangente e bem documentado historiograficamente acerca dos crimes contra a humanidade cometidos por governantes e agentes do Estado durante todo o período da ditadura militar (1964-1985).

Como sempre tem frisado Paulo Sérgio Pinheiro em inúmeras entrevistas e depoimentos, em que pesem todas as diferenças político-ideológicas entre os governos que se sucederam após o fim do regime militar, de Sarney, Collor, Itamar, FHC, Lula e Dilma, é possível estabelecer uma linha de continuidade no que tange ao funcionamento das instituições democráticas e dos direitos garantidos pela Constituição brasileira de 1988, resultante do processo constituinte aberto após 1985. Nele, sem dúvida, o Professor Pinheiro teve papel notável na disseminação de princípios definidores de uma educação pública e de uma cultura nacional crítica e afirmativa dos Direitos Humanos em nosso país. É forçoso por isso mesmo reconhecer, como ele tem advertido em várias intervenções, que esse processo se esgotou, desde 2016, na confluência de vários fatores do que ele chama “regressismo”, culminando, a partir de 2019, num governo sob crescente tutela do estamento militar, que se volta para a desconstrução deliberada da ainda frágil Democracia que, com todas suas mazelas, as gerações que combateram o autoritarismo tentaram erguer.

4. A luta pelos Direitos Humanos e sua projeção internacional

Como decorrência necessária de sua atuação competente e infatigável, na luta pelo reconhecimento e implantação dos Direitos Humanos no Brasil, Paulo Sérgio Pinheiro foi convocado a desempenhar várias missões de elevada relevância junto à ONU (Organização das Nações Unidas) e à OEA (Organização dos Estados Americanos). Pode-se dizer, sem risco de engano, que, não sendo diplomata de carreira, mas professor universitário, nosso docente veio a se tornar, depois do trágico desaparecimento do Embaixador Sérgio Vieira de Mello, na guerra do Iraque, em 2003, o cidadão brasileiro mais atuante e respeitado no cenário das práticas do multilateralismo global e da busca incessante de estabelecer, nas situações mais conflituosas e adversas, os requisitos elementares para uma paz mundial duradoura e aceitável. Trabalho de Sísifo, no mais das vezes, sabemos, mas que somente a coragem e tenacidade de caráter de pessoas como Paulo Sérgio Pinheiro são capazes de suportar.

Na impossibilidade de reportar, aqui, tão variada e extensa gama de experiências, registre-se, por sua alta relevância, a função desempenhada por Paulo Sérgio Pinheiro na Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH), organismo da OEA (Organização dos Estados Americanos), como Comissário e Relator para assuntos da Infância, entre 2003-2011. Simultaneamente a essa posição, ainda no sensível tema da Infância, Paulo Sérgio Pinheiro foi designado pelo Secretário-Geral da ONU, em 2003, como especialista independente e seu assessor direto com a missão de elaborar um estudo aprofundado sobre a violência contra menores, ocasião em que visitou 60 países. Ele apresentou um substancial Relatório Sobre a Violência Contra Crianças no Mundo, em 2006, e suas recomendações foram aprovadas pela ONU, em 2007.

Antes disso, porém, já tinha iniciado sua trajetória sempre reconhecida e elogiada, como Relator Especial da Situação dos Direitos Humanos no Burundi, África, enviado pela ONU (Organização das Nações Unidas), entre 1995-98. Anos depois, cumpriu na Ásia a mesma função, entre 2000-2008, desta feita no Myanmar. Nessa relação, há que se acrescentar sua nomeação pelo Secretário-Geral da ONU para integrar a Comissão Internacional de Investigação sobre Alegadas Violações dos Direitos Humanos, no Togo, África, em 2000; bem como a Comissão Especial Independente de Investigação no Timor-Leste, sudeste asiático, em 2005 (três anos após, portanto, este país ter conquistado sua independência da Indonésia, em 2002, como o mais jovem da comunidade lusófona).

Em 2006, na condição de membro da Subcomissão para a Proteção e Promoção dos Direitos Humanos da ONU, Paulo Sérgio Pinheiro elaborou e apresentou um importante documento de 113 páginas a esse colegiado: *United Nation Principles on Housing and Property Restitution for Refugees and Displaced Persons*. Aprovado na íntegra, ele ficou conhecido como “The Pinheiro Principles”, sendo assumido pela coordenação das interações da ONU e publicado oficialmente em 2007, sob o seguinte título: *Handbook on Housing and Property Restitution of Refugees and Displaced Persons` : Implementing the ‘Pinheiro Principles’*. Não será preciso sublinhar, aqui, a enorme gravidade e atualidade dramática da questão global que envolve o crescente número de refugiados internacionais e pessoas deslocadas em todo o planeta.

De outra parte, é necessário assinalar, ainda, que Paulo Sérgio Pinheiro, desde setembro de 2011, coordena, no âmbito da Comissão de Direitos Humanos da ONU, em Genebra, uma comissão internacional independente de investigação sobre a guerra na Síria. Em área de elevados conflitos e presença de variados grupos armados e interesses de potências econômicas e militares, a atuação desse colegiado tem recebido, ao longo desses tão difíceis anos para uma solução de paz, reconhecimento e elogios de diferentes governos e diplomatas.

Para além de sua ação contínua no plano internacional dos direitos humanos, Paulo Sérgio Pinheiro, que se aposentou como professor titular, na USP, em 2003, teve, entre várias atuações como pesquisador e/ou professor visitante em universidades nos EUA, França e Reino Unido, uma posição regular como professor adjunto de relações internacionais no Watson Institute of International Studies, na Universidade de Brown, no período 2007-2015.

5. Consideração final

Diante do aqui exposto de forma abreviada, é mister considerar a urgência e plena adequação da proposta ora encaminhada para que a UNICAMP, através de seu organismo máximo de representação e deliberação – o Conselho Universitário – aprove e conceda o título de Doutor *Honoris Causa* a um de seus professores-fundadores mais ilustres nacional e internacionalmente. Que conserva, até hoje, a simplicidade dos grandes mestres. E, para concluir, podemos nos servir de algumas palavras que Paulo Sérgio Pinheiro escreveu em seu inspirado *Memorial* de 1996, com vista ao concurso de titularidade como professor da Universidade de São Paulo (USP), realizado em 1997:

Não vejo, nenhuma fronteira entre o trabalho na Universidade e a intervenção na sociedade. A Universidade [...] somente tem algum sentido numa sociedade racista, hierarquizada, autoritária e tremendamente desigual como a nossa se ela conseguir desempenhar o papel de ‘intelectual orgânico coletivo’¹.

Em outro trecho, logo acima, ele recorre a uma frase oportuna e memorável do filósofo Jean-Paul Sartre, no hoje distante movimento de Maio de 1968, em Paris, que foi testemunhado ao vivo por Paulo Sérgio Pinheiro, durante sua vida de estudante na capital francesa:

A nossa esperança não pode vir senão daqueles que não têm nenhuma esperança².

Campinas, Cidade Universitária Zeferino Vaz, 25-26 de abril de 2022

Prof. Dr. Francisco Foot Hardman
(Professor Titular – IEL-UNICAMP)

Prof. Dr. Armando Boito Jr.
(Professor Titular – IFCH-
UNICAMP)

Profa. Dra. Angela Araújo
(Professora Associada – IFCH-
UNICAMP)

¹ (PINHEIRO, P. S. *Memorial*: apresentado para concurso de provimento para um cargo de professor titular ao Departamento de Ciência Política. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo. São Paulo, Outubro de 1996, fls. XXVIII-XXIX).

² (*Apud* PINHEIRO, *Doc. Cit.*, 1996, fl. XXVIII).